



## **BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.**

### **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010**

**(Em milhares de reais)**

#### **1. Contexto operacional**

A Betapart Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a participação em empreendimentos imobiliários e, como cotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia não exerce atividades operacionais.

#### **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

##### **2.1 - Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 16 de fevereiro de 2012.

##### **2.2 - Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

##### **a. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

##### **b. Caixa e equivalentes de caixa**



Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “pro-rata temporis” até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

#### **c. Impostos e contribuições a recuperar**

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais.

#### **d. Outros investimentos**

Está demonstrado pelo valor de custo e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. Vide nota explicativa nº 5.

#### **e. Passivo circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ou R\$ 20 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

#### **g. Resultado básico por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

#### **h. Dividendos**

A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada obrigação legal prevista no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08, os dividendos são somente provisionados quando se constitui a obrigação legal, sendo geralmente reconhecido quando deliberado o pagamento de dividendos.

#### **i. Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas



estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

#### j. Novos pronunciamentos

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo, constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Administrador	31/12/11		31/12/10	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI	Banco Opportunity	3.938.633,45	8.780	4.784.724,30	9.583
			<b>8.780</b>		<b>9.583</b>

#### 5. Transações com partes relacionadas - Outros investimentos

Refere-se à aplicação de 41,04146996 cotas do Opportunity Holding Fundo de Investimento em Participações – FIP (administrado pelo Banco Opportunity S.A. e gerido pela Opportunity Private Equity Gestora de Recursos Ltda.) que foi constituído em 23 de agosto de 2006 e iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 2007 sob a forma de condomínio fechado com prazo determinado de duração de 10 (dez) anos contados a partir do início de suas atividades, prorrogável por deliberação da assembleia geral de cotistas. O fundo tem como objetivo proporcionar a seus condôminos a valorização de suas cotas, mediante a aplicação em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas.

O Fundo poderá, ainda, realizar operações com derivativos, exclusivamente para fins de proteção patrimonial (“hedge”), na forma e obedecidos os limites previstos na regulamentação vigente. O Fundo poderá manter até 100% de seu patrimônio investido em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica ou instituição financeira, de seus controladores, de sociedade por elas, direta ou indiretamente controlada e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

As cotas deste fundo estão contabilizadas ao valor de custo, no montante de R\$ 6.796 (R\$ 6.796 em 31/12/10) e seu valor total em 31 de dezembro de 2011 corresponde a aproximadamente R\$ 339.776 (R\$ 297.349 em 31/12/10), conforme extrato de aplicações financeiras emitido pelo banco administrador do fundo.



No exercício de 2011, a Companhia recebeu do referido fundo R\$ 2.885 (R\$ 5.304 em 2010) a título de dividendos, registrados no resultado do exercício como receita de dividendos.

## **6. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O capital social está representado por 2.761.620 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão em Assembleia, até o limite de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

### **b) Dividendos**

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro líquido do exercício	3.575	5.945
Reserva legal (5% - limitada a 20% do capital social)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	3.575	5.945
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	894	1.487
Dividendos propostos	894	1.487
Dividendo por ação	0,32	0,53

### **c) Reserva de retenção de lucros**

O art. 1o. da Lei nº 11.638/07, alterou o art. 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), onde determinou que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Considerando que em exercícios anteriores os acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas precisam deliberar em Assembleia sobre a destinação desta reserva no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Em 24 de janeiro de 2012 a Reunião de Conselho da Administração da (RCA) da Companhia aprovou a distribuição e o pagamento de lucros no valor de R\$ 8.000, sendo R\$ 6.490 computados à dividendos adicionais, oriundos da conta de reserva de lucros e de R\$ 1.510 referente a reserva de retenção de lucros, conforme nota explicativa nº 9.

## **7. Instrumentos financeiros**

### **a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros**



A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:

#### Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco adotado pela Companhia. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas liquidações.

#### **b) Derivativos**

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2011 e de 2010.

### **8. Serviços do auditor independente**

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de março de 2003, a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, que não seja o de auditoria externa.

### **9. Eventos subsequentes**

A Reunião do Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2012 aprovou a distribuição e o pagamento de lucros no valor de R\$ 8.000, sendo R\$ 6.490 computados à dividendos adicionais, oriundos da conta de reserva de lucros e de R\$ 1.510 referente a reserva de retenção de lucros. Na mesma reunião ficou decidido que cada ação ordinária receberá o valor de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos) e os acionistas que terão direito aos lucros ora distribuídos serão aqueles inscritos nos registros da Companhia em 24 de janeiro de 2012 passando as ações a serem negociadas na condição de ex-dividendos a partir de 25 de janeiro de 2012.

\* \* \* \* \*